

A Perversidade da Exclusão Social

Maria Lucia Vieira Violante*

A partir da compreensão adquirida acerca da constituição psíquica do sujeito, Freud tece considerações psicanalíticas sobre a **guerra**, em artigos como “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915, volume XIV), “Sobre a transitoriedade” (1915/6, volume XIV) e “Por que a guerra?” (1932/3, volume XXII); aborda o problema da **opressão social**, em “O futuro de uma ilusão” (1927, volume XXI) e o da **fonte social do sofrimento humano**, em “O mal-estar na civilização” (1929/30, volume XXI). Chega a propor uma “**psicoterapia para o povo**”, em “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”, em 1918, perante o V Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapeste, pouco antes do fim da Iª Guerra Mundial (1918/9, volume XVII).

Para rememorar algumas dessas passagens, em acordo com Freud, “a sublimação do instinto constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada” (volume XXI, p. 118).

Ora, se as produções culturais dependem, entre outros fatores, da sublimação das pulsões sexuais e destrutivas do homem, a partir

* Psicanalista. Mestre em Psicologia Social. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/S.P.

da “fonte social do sofrimento” — que diz respeito à “inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade” (volume XXI, p. 105) —, podemos inversamente, fazer conjecturas acerca das consequências psíquicas de tal “inadequação” sobre os membros de sociedades organizadas como a nossa.

Em 1927, a respeito dessas sociedades, já dizia Freud: “Se uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte de seus participantes depende da opressão da outra parte, parte esta talvez maior..., é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima”. Pondera que “em tais condições, não é de esperar uma internalização das proibições culturais entre as pessoas oprimidas. Pelo contrário, elas não estão preparadas para reconhecer essas proibições...”. Conclui que “uma civilização que deixa insatisfeito um número tão grande de seus participantes e os impulsiona à revolta, não tem nem merece a perspectiva de uma existência duradoura” (volume XXI, p. 23).

A meu ver, as pessoas — sejam oprimidas ou não — podem ou não reconhecer e internalizar certas “proibições culturais”; mas certamente, a maioria dos oprimidos submete-se às injunções sociais, nem que seja ao preço de alienar o próprio pensamento em nome de um projeto identificatório ditado pelo opressor. As manifestações coletivas de revolta são, na verdade, episódicas e, via de regra, carecem de organização e de um projeto político norteador. Certamente, podemos compreender certos assaltos, roubos, assassinatos realizados por indivíduos ou grupos, como manifestação de revolta, mas que não o são necessariamente.

A presente reflexão consiste em fazer uma aproximação psicanalítica acerca não propriamente do fenômeno da exclusão social — cujas determinações são econômico-sociais e político-ideológicas —, mas de um de seus protagonistas: o excluído. Como agente da exclusão, saliento alguns mecanismos de controle social de que a sociedade dispõe, sendo a estigmatização, se não o principal, o que mais nos interessa no momento. Tal mecanismo consiste em destinar ao portador de algum sinal que a sociedade considera estigmatizante — a pobreza, a negritude, a homossexualidade, o aleijume, etc. —, a rejeição social plena, isto é, a rejeição de todos os atributos do sujeito portador de um ou mais daqueles sinais. No

caso em pauta, não se tratam de minorias, posto que a maioria da população brasileira vive em estado de pobreza!

Pelo termo “excluído socialmente” pretendo designar o contingente populacional que, longe de estar fora da sociedade, é parte integrante dela, produto histórico da lógica perversa através da qual a sociedade produz e distribui suas riquezas. A exclusão consiste em primeiro lugar, em condenar a sobreviver no nível da necessidade e do imediato, extensas parcelas da população, desprovendo-as das condições materiais básicas de existência e conseqüentemente, apartando-as do acesso aos bens culturais. A isso se acrescem o não reconhecimento da cidadania de milhares destas pessoas e a rejeição social de que são alvo.

Em que medida estes mecanismos podem ser tidos como perversos?

Na medida em que, no nível do discurso, reconhece-se a lei que fala de direitos iguais para todos, conforme reza na Constituição de 1988, ao mesmo tempo que ela é desmentida, por não se poder escamotear a realidade da discriminação e da opressão e portanto, da existência daqueles que a própria Constituição denomina “desamparados”.

O imaginário social atribui o “desamparo” destes sujeitos ao “despreparo” da mão-de-obra de que são portadores. Toma-se o “despreparo” como causa de suas precárias condições de vida e de trabalho e não como sua consequência.

Já que a milhares destes sujeitos nega-se o direito de participarem da estrutura ocupacional, dá-se a eles o direito às benesses opressoras da “assistência social”. O caráter do “assistencialismo social”, no Brasil, é opressor na medida em que ele está muito distante da intenção de fazer justiça e muito próximo da vontade de alienar: dando pouco e o pouco que se dá, é de má qualidade! Pode satisfazer uma necessidade imediata do corpo, mas sempre humilha, golpeando inexoravelmente o narcisismo destas pessoas.

É neste conluio entre reconhecimento e negação da realidade da opressão, que os instrumentos ideológicos operam, de modo a levar o pobre, além de já ser rejeitado socialmente, a se auto-depreciar.

Condenados a sobreviver no nível da necessidade e do imediato, como estes sujeitos constituem-se psicologicamente?

A busca de uma resposta a esta questão, por mim formulada há mais de dez anos, é que me conduziu a escolher como sujeitos privilegiados de minha tese de doutorado, crianças afetadas ao serviço público.

Uma vez que esta parcela da população é composta por milhares de pessoas, não é possível a psicanálise dar uma resposta simples e abrangente àquela questão. Além disso, a instituição psicanalítica, conforme Freud constataria há 78 anos, continua a manter-se muito distante deste contingente pobre, que compõe a maioria da população brasileira.

É verdade que o método psicanalítico — enquanto método terapêutico e de investigação do inconsciente — não tem a pretensão de apreender as grandes determinações sociais da conduta humana. No entanto, através da teoria psicanalítica, podemos legitimamente fazer conjeturas acerca dessa maior parte da população, a qual, excluída dos divãs, se encontra presente nos hospitais psiquiátricos e nos ambulatórios de saúde mental.

Ademais, se considerarmos, de acordo com a psicanálise, que o sujeito constitui-se psiquicamente, em primeiro lugar, no seio da família, em sociedades como a nossa; família que, por sua vez, pertence a um dado grupo social, o qual faz parte da sociedade inclusiva, não há por quê procedermos a uma cisão, colocando a família e o sujeito de um lado, e a sociedade, do outro. É verdade que o desemprego é um fenômeno social, mas não menos verdadeiro é o fato de que, ao atingir o sujeito concreto, ele se torna um problema pessoal. Ao concretizar-se na exclusão de pessoas do mercado de trabalho, o desemprego não está mais abstratamente nas estatísticas sociais, mas traz suas dramáticas consequências para dentro de casa, levando a família a sofrer privações de necessidades básicas do corpo, bem como da necessidade psíquica de prazer narcísico. Levados aos desesperos da sobrevivência, não é possível estes pais apresentarem-se aos filhos como se nada estivesse acontecendo... Apenas aqueles que não sofrem destes males conseguem colocar a realidade entre parênteses!

Contra a maneira dúbia de a psicanálise pós-freudiana lidar com a dimensão da realidade, Piera Aulagnier (1975) postula que todo psicanalista deve atribuir importância ao papel desempenhado pela **realidade histórica** na organização do psiquismo do sujeito, relevando: tanto os acontecimentos que atingiram o corpo da criança e os que foram efetivamente vividos pelos pais, durante a infância da pessoa, quanto os discursos e injunções que lhe foram impos-

tos, inclusive a “posição de excluído, explorado, de vítima que a sociedade efetivamente impõe ao casal ou à criança” (p. 147).

Inspirada nesta psicanalista, que contemporaneamente fornece contribuições originais à obra de Freud, minha reflexão tem como ponto de partida, o processo da constituição do sujeito psíquico.

Independentemente da diversidade de suas “Escolas”, a psicanálise atribui à infância, papel fundamental na organização de nossa psique. Releva que, nesta fase, devido à prematuridade bio-psíquica do ser humano, a criança necessita encontrar ao menos um adulto, que promova a satisfação de suas necessidades básicas — necessidades do corpo e necessidade psíquica de prazer, de amor e de reconhecimento. Tal satisfação deve responder às demandas de identificação que, num primeiro momento da vida, a criança endereça à mãe ou a quem a substitua. De qualquer modo, como já reconhecia Freud, o outro está sempre envolvido na vida psíquica do sujeito, seja como auxiliar, oponente, objeto de amor e/ou de ódio e modelo de identificação. Freud (1921, volume XVIII).

Na concepção de Aulagnier (1968), mesmo antes de vir ao mundo, o bebê é pré-enunciado pelos pais e por eles deve ser desejado e pré-investido — de modo prevalente, pela mãe. Na família, esse novo ser ocupa um lugar simbólico no sistema de parentesco e, no social, é um elo na cadeia das gerações.

Antes que o Eu tenha se formado, desde a demanda primária — que nada mais é do que demanda de desejo dirigida ao Outro —, a resposta materna tem para o bebê uma função identificatória. Através dessa **identificação primária**, o bebê identifica-se com as percepções coextensivas à resposta da mãe, alienando-se, num primeiro momento, no desejo e no imaginário maternos. Deste “útero psíquico”, ele deverá emergir, a fim de que seu Eu singular se forme autonomamente, no mesmo instante em que o outro emerge na sua alteridade.

À identificação primária, segue-se a **identificação especular**, através da qual o Eu se constitui, na sua primeira forma, como um Eu ideal, identificado com a resposta dada ao suposto desejo materno. Por sua vez, quaisquer que sejam as respostas da mãe às sucessivas demandas do bebê, elas vão ser metabolizadas fantasmaticamente, como o desejo da mãe de dar ou de recusar prazer.

Ainda que ocorra no registro imaginário, a identificação especular é tornada possível graças à associação realizada pelo bebê entre o visto e o escutado, ou seja, entre a própria imagem refletida no olhar materno e o discurso proferido pela mãe ou pelos pais ao filho, sobre o filho e pelo filho.

Mas o que quer dizer esse escutado, se o bebê não sabe ainda falar?

Segundo Aulagnier (1975), antes da aquisição do signo linguístico, a partir de seu desejo, o bebê atribui às palavras da mãe uma “significação primária”, isto é, um indício de seu desejo de dar ou de recusar prazer.

A partir dessas “significações primárias”, estabelecem-se as bases necessárias à aquisição da linguagem, graças à unificação das zonas erógenas parciais e suas respectivas funções, dentre as quais se sobressaem a zona-função auditiva, a visual e, em particular, a zona-função pensante. Antes que o Eu venha a exigir significação, ao prazer de ouvir deve se acrescer o desejo de escutar.

Com o advento do Eu, a aquisição da linguagem vem submeter o arbítrio (seja benéfico ou maléfico) da palavra materna à convenção sócio-cultural ditada pelo signo linguístico, graças ao qual as palavras são descobertas como portadoras de significados partilhados pelo meio social e independentes do desejo materno.

Assim é que as palavras proferidas pelo meio social, e neste, pelo grupo social investido pela criança, passam a adquirir o atributo de emblemas identificatórios. Por exemplo, ser o mais bonito e o mais inteligente aos olhos da mãe pode encontrar ou não confirmação no ambiente escolar; no meio social, ser negro tem um significado e um sentido preconceituoso, em nossa sociedade, diverso do sentido que a mãe atribui ao corpo do filho, tendo sido ou não por ela investido.

Até ser seu próprio enunciante, o Eu passa por várias remodelagens, a começar por aquelas exigidas no decorrer da história do complexo de Édipo — cuja resolução requer da criança a renúncia aos seus desejos incestuosos e homicidas.

Neste sentido, pode-se dizer que o Eu é historizado e estruturado pela linguagem, a partir do discurso materno e do paterno, os quais veiculam o desejo do casal parental pela criança — desejo que, por sua vez, decorre da resolução edipiana efetuada por cada membro do casal e da relação que ambos estabelecem entre si e cada um com a criança.

Mas o Eu não se resume em ser mero efeito daquele discurso. Ativamente, ele deverá poder reformulá-lo em acordo com seu desejo e o discurso do meio e portanto, com a cultura, que os inclui. Desse modo, o Eu é constituído pelo discurso do meio social, mediatizado por um meio psíquico organizado pelo desejo e pelo discurso dos pais.

Para constituir-se, o Eu exige realidade: prazer real, significação e reconhecimento advindo de pelo menos, um outro Eu que lhe sirva de ponto de apoio, modelo identificatório e suporte de investimento.

Ao sair da infância, o Eu atual deve poder se auto-investir e projetar-se no futuro, na esperança de ter então, alcançado os seus ideais. Após a assunção da castração simbólica, a identificação ao projeto vem concluir a **identificação simbólica**.

Ainda que a demanda pós-edípica seja demanda de ideais dirigida a si mesmo, o Eu precisa encontrar na realidade social, a promessa de que estes ideais são tangíveis e que eles são reconhecidos e valorizados, ao menos no grupo investido pelo sujeito. Em outras palavras, além de não poder faltar para o Eu a esperança no que ele almeja tornar-se, o Eu deve poder projetar-se numa imagem identificatória valorizada por ele mesmo e pelo meio social ou pelo subgrupo, cujos modelos são privilegiados pelo sujeito.

A própria existência do Eu depende da possibilidade (necessária) de ele se projetar no futuro. O acesso à temporalidade e a uma historicidade são inseparáveis.

Em suma, os ideais são os objetos da demanda identificatória pós-edípica, dirigida ao próprio Eu e não mais à mãe ou aos pais. Se a criança, num primeiro momento, se projeta no futuro como **tendo** tudo aquilo que, no passado, foi perdido (e o ideal do psicótico revela tratar-se do retorno a uma imagem fenecida de si), em seguida, a criança deve projetar-se como **sendo** o que ela nunca fora antes. Para investir na mudança, o Eu deve contar com a possibilidade de nela encontrar uma recompensa, um prazer futuro.

Dessa maneira, a constituição do Eu não pode ser pensada fora do registro sócio-cultural. Neste registro, o **contrato narcisista** tem como signatários a criança e o grupo social a que ela pertence. Antes que a criança possa investir no grupo, é preciso que o grupo invista na criança.

Assim como os pais devem pré-enunciar e pré-investir no filho que nascerá, o discurso social também deve projetar sobre o bebê a mesma antecipação, pré-investindo o lugar que ele supostamente ocupará, quando adulto, esperando que ele seja um transmissor fiel do modelo sócio-cultural.

É necessário que a criança encontre, no discurso social, referências que lhe permitam projetar-se no futuro, servindo-lhe de suporte identificatório, após ela ter se independido do primeiro suporte representado pelo grupo familiar.

A relação entre os pais e a criança sempre leva a marca da relação do casal com o meio social. As variações na relação do casal parental e o meio desempenham papel secundário na constituição psíquica do sujeito, **apenas dentro de certos limites**, adverte Aulagnier. Quando estes limites não são mais respeitados, a ruptura do contrato narcisista — venha da parte do casal ou do meio social — pode ter consequências diretas sobre o destino psíquico da criança.

Se é verdade que, através do método psicanalítico, é mais difícil detetar os efeitos dessa ruptura quando ela vem da realidade social, também é verdade que estes mesmos efeitos podem ser captados, se relevarmos o papel que a **realidade histórica** desempenha na organização da psique infantil.

O conceito “potencialidade”, devido a Aulagnier (1984), define a possível posição identificatória que o Eu vai assumir em definitivo, ao terminar a infância, e em decorrência, um certo modo de funcionamento psíquico. Pergunto: que potencialidade é possível de se estabelecer, no caso de milhares de crianças que sofrem desde muito cedo, a discriminação e a rejeição social, na escola e nas ruas? Até que ponto, seus pais podem protegê-las dos efeitos de seu não-reconhecimento pela sociedade, a qual lhes reserva o acesso somente a ideais não-valorizados socialmente, impedindo-lhes a superação da condição de excluídas e de exploradas?

Ainda que o ambiente familiar tenha sido amistoso — o que é uma utopia em geral, quanto mais num contexto marcado pela privação de necessidades básicas no nível do corpo e do Eu —, a família não pode proteger a criança contra as injunções hostis do meio social, durante muito tempo. Por isso, ainda que os mais próximos sejam os mais importantes na formação de nosso psiquismo, os fatores sociais, ao se presentificarem no ambiente psíquico familiar e no meio circundante, desempenham papel fundamental na constituição do sujeito, ou melhor, nas suas possíveis “escolhas”, no seu projeto identificatório.

A partir da análise de psicóticos, Aulagnier resgata de um modo ímpar, o conceito de **realidade** que, como já disse, tem sido rechaçado por muitos psicanalistas pós-freudianos.

Na experiência analítica com psicóticos, em hospitais psiquiátricos de Paris, Aulagnier (1975) constata que a realidade da opressão social desempenha seu papel na maneira pela qual a criança elaborará seus futuros enunciados identificatórios. Afirma: “não é por mero acaso que a estória familiar de boa parte dos psicóticos repete frequentemente um mesmo drama social e econômico” (p. 147).

Na anamnese de certo número de psicóticos, a autora confessa-se surpresa com “o reforço operado pela realidade social: rejeição, mutilação, ódio, desposseção”. Neste contexto, “todas as situações às quais nos remete a problemática psicótica, nós as encontramos **realizadas** e não mais simplesmente fantasiadas, na relação do meio ao casal” (p. 153).

Aulagnier conclui que, apesar de a loucura não ser apanágio do proletariado, as condições de sobrevivência impostas a esta parcela da população, reúnem inúmeros fatores que têm o poder de facilitar o estabelecimento da potencialidade psicótica. Isto significa que podemos considerar a miséria psicotizante!

Como o psicótico não pode investir numa potencialidade de seu Eu atual, que lhe asseguraria um futuro passível de investimento, é-lhe impossível constituir e investir em ideais. Aulagnier constata que, na psicose, não há ideais do Eu investidos, senão “a idealização trágica de um suporte exterior...”. Investir em ideais, lembra-nos ela, “implica que possamos nos reconhecer o direito a um futuro...”.

Mutatis mutandis, fora do registro da psicose (ainda que não necessariamente), do modo como a sociedade brasileira está organizada, no atual momento histórico, ela não tem nada a oferecer aos novos sujeitos que nascem no bojo da miséria, senão o engodo, ao reservar-lhes apenas o lugar do excluído, e isto, sem que haja perspectiva de deixar de sê-lo, nas próximas gerações.

No processo de exclusão social, que começa por ser de ordem econômica e desemboca no não-reconhecimento social dos sujeitos que vivenciam tal situação, considero que o que há de mais perverso na sociedade, é o fato de a própria estrutura que exclui, dispor de mecanismos para levar todos, inclusive e principalmente os excluídos, a acreditarem numa suposta “força própria de vontade” e a se verem desprovidos de tal “força” e demais atributos que pretensamente os tornariam “incluídos”, como por exemplo: ser branco, em primeiro lugar, ou ao menos, ser “negro de alma branca”; ter boa fisionomia, ter saúde, ter bons dentes, ter instrução, ter bom emprego, ter casa própria, ter automóvel, etc. Como a posse desses bens, assim como de outros, desempenha a função de emblema identificatório, apesar destes não serem tangíveis para a maioria da população brasileira, sua não-posse retorna ao indivíduo de modo a culpabilizá-lo por seu fracasso pessoal.

Para aqueles que são obrigados a viver no nível da necessidade (e não do prazer) e do imediato, torna-se fonte de intenso sofrimento para o Eu pensar-se escravo, puro instrumento a serviço de um outro sujeito, destituído de todo o direito à palavra e ao pensamento. De acordo com Aulagnier (1979), este sofrimento pode conduzir o Eu ao desinvestimento em si e na atividade de pensar sobre o que quer que seja, em prol do investimento num discurso que decidirá quem é esse “Eu”, que lhe imporá a escolha de seus ideais, “mas que lhe dará em troca desta desposseção a ilusão, não apenas de sua realização futura, mas de sua realização atual” (ps. 36/7).

Fora do registro da psicose, assim como do da neurose, a alienação apresenta-se como uma terceira via encontrada pelo sujeito para se defender do conflito identificatório alojado no interior do Eu e entre o Eu e seus ideais.

A alienação não pressupõe sempre uma patologia pré-existente, mas consiste numa patologia da identificação, uma patologia pertencente ao registro narcísico.

O recurso à alienação pode se dar quando os acontecimentos da estória pessoal do sujeito esgotaram sua tolerância ao conflito e/ou quando “a realidade ambiente que ele encontra o confronto efetivamente a injunções absurdas e paradoxais, a demandas cuja desmedida torna impossível qualquer resposta que não seja marcada pelo compromisso que efetua a atividade de pensar” (p. 18).

Assim, Aulagnier considera que: “Alienar o próprio pensamento à ideologia identificatória proposta e defendida por um outro... implica, em primeiro lugar, o desinvestimento do tempo futuro, em proveito de uma idealização maciça de um projeto supostamente já realizado pelo outro”. Para preservar a exclusão de qualquer causa de dúvida, de conflito e de sofrimento, “o Eu se vê obrigado a condenar à morte as partes de sua própria atividade de pensar que lhe permitem distinguir-se do que seria apenas uma atividade de repetição, de memorização e de retomada em eco de um ‘já pensado’ de maneira definitiva por um outro” (ps. 13/4).

Exemplar e inesquecível é o protesto de um menino internado na Febem/SP, com a classificação jurídica de infrator, que me disse: “Ô dona! por que não ensinam a gente pra ser engenheiro, ao invés de ficar ensinando essas bobagens?”, referindo-se aos trabalhos manuais, que eles sabem que “não dão futuro...” (sic).

Esse protesto é exemplar daqueles que não perderam a esperança de que, um dia, seus gritos serão ouvidos. Conforme concep-

ção de Winnicott (1984), a delinquência é um “S.O.S.” dirigido à sociedade, pedido de socorro que manifesta esperança.

De modo muito próximo ao fenômeno da alienação, entre as crianças e jovens por mim analisados ou observados, tenho constatado a prevalência do que vim a denominar **potencialidade melancólica**, antes que delinquential.

Ao estudo dessa potencialidade dedico livro de minha autoria, *A Criança Mal-Amada* (1995). Trata-se de uma potencialidade que exhibe todos os traços que Freud (1915-17), Sándor Radó (1928) e Piera Aulagnier (1961) detetam na melancolia (no adulto): a baixa auto-estima, o baixo investimento da libido objetal, a negação da frustração e de todo sentimento hostil, a demanda de amor e de identificação endereçada ao outro, o qual é sempre idealizado, e a demanda dirigida a si mesmo de ser conforme a oferta do outro, a dependência de provisões narcísicas vindas de fora, uma agressividade mais voltada para si mesmo e uma sexualidade difusa.

Os ideais erigidos pelo sujeito potencialmente melancólico tendem a ter um caráter fálico. Mas tal caráter pode ser praticamente generalizado, ao menos como hipótese, para uma grande parcela da população, para a qual qualquer pretensão de superar a condição de excluída torna-se um ideal impossível, no plano coletivo, ao menos neste momento histórico. Não sem razão, nos ambulatórios de saúde mental, registra-se alta incidência de distúrbios depressivos.

Para finalizar, quero deixar registrada mais uma passagem das reflexões de Freud acerca das “camadas sociais mais amplas”, no citado Congresso de Budapest, quando ele constata que estes sujeitos sofrem de “neuroses de maneira extremamente graves”. Confessa almejar que “mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente...”, quanto às outras necessidades. Freud defende a existência de tratamento gratuito, a ser efetivado por profissionais “analiticamente preparados”, de modo que “homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, **crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose**, possam tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente” (volume XVII, ps. 209/10).

Referências Bibliográficas

AULAGNIER, PIERA (1961). Remarques à propos de la structure maniaco-dépressive. *Recherches sur les maladies mentales*, pp. 93-115.

_____ (1975). *A Violência da Interpretação — Do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1979.

_____ (1979). *Os Destinos do Prazer*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1989.

_____ (1984). *O Aprendiz de Historiador e o Mestre-Feiticeiro — Do discurso identificante ao discurso delirante*. São Paulo: Editora Escuta Ltda., 1989.

_____ “Demanda e identificação” (1968), *Um Intérprete em Busca de Sentido — volume I*. São Paulo: Editora Escuta Ltda., 1986.

FREUD, SIGMUND (1915). Reflexões para os tempos de guerra e morte. Edição Standart Brasileira (S.E.), 14. *Obras Completas*. Rio de Janeiro. Imago. 1969.

_____ (1915/6). Sobre a transitoriedade. *S.E.* 14.

_____ (1915/7). Luto e melancolia. *S.E.* 14.

_____ (1918/9). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. *S.E.* 17.

_____ (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. *S.E.* 18.

_____ (1927). O futuro de uma ilusão. *S.E.* 21.

_____ (1929/30). O mal-estar na civilização. *S.E.* 21.

_____ (1932/3). Por que a guerra? *S.E.* 22.

RADÓ, SÁNDOR (1928). The problem of melancholia. *International Journal of Psychoanalysis*. 9: 420-38.

VIOLANTE, M. LUCIA V. *A Criança Mal-Amada — Estudo sobre a potencialidade melancólica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1995.

WINNICOTT, D. W. (1984). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1987.